

**ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES DA ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA: COMO O
NEGRO FOI TRANSFORMADO EM SINÔNIMO DE ESCRAVO**

CÉLIA MARIA DE FREITAS PACHECO

CURITIBA

2008

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	02
2. ESCRAVIDÃO: ORIGEM E FORMAÇÃO SOCIAL	04
2.1 CONCEITUANDO ESCRAVIDÃO.....	08
2.2 TIPOS DE ESCRAVIDÃO.....	09
3. A ESCRAVIDÃO NO CONTEXTO AFRICANO	10
3.1 A INFLUÊNCIA DO ISLAMISMO	14
3.2 O COMÉRCIO TRANSATLÂNTICO.....	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29

1. INTRODUÇÃO

Há um consenso aceito amplamente de que vivemos em um país com profundas desigualdades sócio-econômicas. Desigualdades, tidas como fruto de uma complexa construção histórica, permeada por diversos fatores e com nuances diferenciadas.

Dados recentes divulgados pelo IPEA (2001), sobre a população brasileira, revelaram aspectos diferenciados em relação à origem étnica. Denunciando a precariedade em que vive a imensa maioria da população negra, formada por pretos e pardos, que atualmente constitui quase a metade da população brasileira.

Vários estudos sobre as desigualdades sócio-raciais no Brasil, demonstraram que esta, não é apenas fruto de uma longa condição econômica imposta aos negros, ao longo de nossa história. Mas, principalmente pela existência em nossa sociedade, de um racismo dissimulado e pela discriminação racial, atuantes desde a formação, inicial de nosso país. Constituindo um dos aspectos mais perversos dessa desigualdade.

Embora recentes em nossa sociedade, as discussões sobre as desigualdades sócio-raciais, tem suscitado por parte de nossas instituições democráticas, a adoção de medidas que visam o enfrentamento dessa questão.

Visando promover alterações na realidade da população negra, o processo de reeducação das relações étnico-raciais, passa a ser a questão central, na busca para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Deste modo, a educação passa a ter um importante papel, na construção de mecanismos de transformação e na ampliação da cidadania.

Nesse contexto, a promulgação da Lei 10 639, de março de 2003, instituindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, vem ao encontro desses anseios, na busca de transformação pela educação.

No processo de implementação da lei, as discussões que surgiram no ambiente escolar, suscitou a dificuldade de professores em trabalhar com essa temática. Diante disto, ficou evidente, a necessidade de que os mesmos precisam aprofundar e internalizar novos conhecimentos.

Deste modo, as orientações do Parecer 03/2004, do Conselho Nacional de Educação, constitui-se em um importante instrumento no direcionamento, na busca para superação dessas dificuldades. No que descreve a relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, nas Questões Introdutórias, propondo temas a serem abordados nas aulas de História da África, dentre os quais cita o tráfico e a escravidão do ponto de vista do escravizado. Nesta perspectiva, a escravidão no contexto africano, merece atenção especial, pois além de ser pouco conhecida, e justamente por isto, causa tanta polêmica e visões deturpadas. Sendo assim será objeto de estudo deste trabalho.

A escolha desta problemática busca superar visões equivocadas, como também desmitificar idéias sobre o negro e da escravidão no continente africano. É recorrente ao abordar essa temática em sala de aula, os questionamentos que afloram, demonstrando o quanto estão arraigadas, em nossa sociedade, muitas dessas idéias estereotipadas sobre a África e sua população.

Embora se possa refletir, que estas idéias, resultaram de variados mecanismos que foram determinantes na construção de nossa sociedade, podemos dizer que muitas foram eternizadas por intermédio de uma produção historiográfica nacional, baseada em uma visão eurocêntrica, presentes também, na imensa maioria dos livros didáticos nacionais.

O conjunto de obras referenciadas neste estudo, centrado principalmente, em autores como Lovejoy, Wedderburn e Silva, possibilitou um acréscimo significativo de sobre o assunto, pois os referidos autores, são reconhecidos estudiosos, citados em diversas pesquisas sobre a temática.

Portanto, o objetivo final desta pesquisa é proporcionar subsídios aos professores, para que possam ampliar seus conhecimentos, buscando um novo olhar, sobre a temática. Esse novo olhar se torna tão necessário para o conhecimento e valorização da história dos afrodescendentes, para que estes possam ser articulados com o fortalecimento das relações étnico-raciais, produzindo reflexão e transformação na sociedade brasileira.

2. ESCRAVIDÃO: ORIGEM E FORMAÇÃO SOCIAL

A escravidão como fenômeno histórico, disperso mundialmente, esteve presente na história da humanidade, desde a fase final do Neolítico, até períodos mais recentes. Fato aceito amplamente pelas diversas pesquisas realizadas. Porém, há muita dificuldade em se obter um consenso quanto à origem da escravidão, produzindo variadas hipóteses.

Ao analisar essa questão Silva (2003), descreve a tese de Karl Jacoby, em que este argumenta que, o processo de domesticação de animais, teria servido de modelo para a escravização de seres humanos. Destacando que o surgimento da agricultura teria gerado a necessidade de mão-de-obra, obtida através dos prisioneiros de guerra, sendo aplicadas as mesmas formas de controle às da domesticação de animais.

Discordando desta tese, Silva (2003), propõe o inverso, que primeiro o homem escravizou o outro e depois domesticou os animais, argumentando que a experiência obtida na escravização teria sido aplicada na domesticação. Sem, contudo recusar a hipótese, de que esses dois processos, possam ter ocorrido conjuntamente, em algumas culturas. Como exemplo cita, os povos da América e povos antigos da África subsaariana.

Descreve que, assim como teria ocorrido com os animais, que ao se aproximar dos homens, para comer os restos de alimentos, acabou acomodando-se a eles. Processo semelhante teria ocorrido com os sobreviventes de guerras, ficando sem amparo, sem ter aonde ir, muitas vezes, juntavam-se ao grupo vencedor, reduzidos ao estado servil.

Destaca ainda que, provavelmente na África, assim como ocorrera na Mesopotâmia e em outras partes do mundo, considerou-se mais conveniente não matar mulheres e crianças dos vencidos. Pois os mesmos poderiam substituir os braços perdidos nas guerras, aumentando dessa forma o grupo e sua força de trabalho, podendo ainda tomar lugar de um membro de linhagem no túmulo de chefes mortos, nos sacrifícios aos deuses e antepassados ou ainda nos ritos da chuva e da fertilidade.

Em outra análise, Wedderburn (2007), descreve a hipótese elaborada por Karl Marx, destacando como elemento fundador das desigualdades socioeconômicas e políticas, o surgimento de um excedente social e sua apropriação por um grupo organizado e poderoso. Desse modo, inicia-se um fenômeno de caráter universal de opressão de um ser humano por outro.

... uma vez quebrada para sempre a miríade de redes de comando coletivo, de solidariedade social e de assistência mútua nas sociedades ditas “primitivas”, abrem-se as portas para uma existência baseada na desigualdade e na opressão de alguns seres humanos por outros. (WEDDERBURN, 2007, p.161)

Assim, a confluência do aparecimento de uma elite, com interesses divergentes da maioria da sociedade, os dispositivos de coerção, aliada ao surgimento de estruturas político-administrativas de comando, deu origem à divisão da sociedade em categorias diferenciadas e antagônicas (castas, classes, etc.), produzindo nessa complexa problemática, a escravidão, e seus mecanismos que restringem a liberdade do ser humano. (WEDDERBURN, 2007)

Por meio violento, é que normalmente tinha início o processo escravização, e ocorria de diversas formas. A guerra era a mais comum, sendo necessário distinguir quando o escravizado era apenas um subproduto desta, ou quando era o único objetivo da ação. A maneira mais antiga era a razia ou gázua, seja por meio de ataques predatórios, seqüestros, emboscadas ou de outras artimanhas. Podia ocorrer por castigos penais (crimes) como assassinato, furto, adultério, feitiçaria. Por dívidas ou ainda, ser voluntária, quando havia ameaça de morrer de fome. (SILVA, 2003)

Como resultado dessas diversas formas de escravização, surge o escravo, indivíduo transformado em cativo, que vive em estado de absoluta servidão. De acordo com o Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa (CUNHA, 1986), a palavra escravo deriva do latim medieval “sclavus”, cuja origem primitiva vem de eslavos, povos que no decorrer dos séculos VIII e IX, foram aprisionados por Carlos Magno e seus sucessores, tornando-os cativos.

A relação que se estabelecia, entre o escravo e seu senhor era de violência, desde sua origem até o momento que se revelaria quem ia ser escravo em sua identidade social. Nesse momento, que o escravo se tornava socialmente morto, sendo arrancado de seu meio, transferido para outro lugar, longe, com outros costumes, outra fé e outro idioma. (SILVA, 2003)

Tratava-se, no entanto de um ser humano diferente, um estrangeiro por natureza, concebido muitas vezes como distinto e inferior, desenraizado e só de modo lento, e quase sempre de maneira incompleta, inserido noutro conjunto social. A esse estrangeiro absoluto, busca a comunidade dominante aviltar, despersonalizar, infantilizar e despir de todas as relações grupais. E é o fato de ser um estranho, que perde a família, a vizinhança, os amigos, a pátria e a língua, e a quem se nega um passado e um futuro, o que permite a redução de pessoa a algo que possa ser possuído. (SILVA, 2003, p. 86)

Para o escravo, destituído de sua liberdade, introduzido em outra sociedade, para que fosse reduzido à condição de estrangeiro, pois era etnicamente diferente, era a maneira de negar-lhe direitos e privilégios existentes naquela sociedade, que diante deste contexto poderia explorá-lo. (LOVEJOY, 2002)

Para análise da formação social de uma sociedade, é necessário distinguir, quando a escravidão apresenta-se como uma instituição estruturada ou apenas constituía-se em um aspecto marginal. Assim, a escravidão era um aspecto marginal às estruturas sociais e econômicas, quando poucas pessoas possuíam poucos escravos, com funções não essenciais de trabalho. Entretanto, a escravidão era uma instituição estruturada, quando passava a ser uma atividade essencial, na formação social e econômica, com escravos sendo utilizados largamente, e em diversas funções: na produção, no poder político e militar, servidão doméstica, incluindo sexual. Para tanto, havia a necessidade de uma oferta regular de escravos, e de um comércio para distribuí-los. Conseqüentemente ocorria um aumento significativo da população escrava, o que afetava a organização desta sociedade. Assim, a escravidão, tornava-se um aspecto essencial da produção, com características adicionais. Moses I. Finley formulou a importância desse desenvolvimento:

A escravidão, então, é transformada como instituição quando os escravos desempenham um papel essencial na economia. Historicamente isso significou, em primeira instância, seu papel na agricultura. A escravidão se acomodou ao estado amplo sob condições radicalmente diferentes [...] e muitas vezes existiam pequenos grupamentos livres espalhados ao lado. O fato de que tanto os escravos quanto os homens livres faziam trabalho idêntico era irrelevante; o que importava era a condição do trabalho, ou melhor, em benefício de quem e sob que (ou de quem) controle era conduzido. Nas sociedades escravocratas o trabalho assalariado era raro e o trabalho escravo era a regra sempre que uma tarefa fosse grande demais para que uma família a conduzisse sem auxílio. A regra se estendia da agricultura à manufatura e à mineração, e algumas vezes até mesmo ao comércio e às finanças. (apud LOVEJOY, 2002, p. 39-40)

Na África, descreve Lovejoy (2002), a escravidão passou por essa transformação em épocas diferentes e em diferentes proporções. Essa transformação foi resultado da consolidação de um modo de produção baseado na escravidão, aqui enfatizando a relação entre a organização social e o processo produtivo e os meios pelo qual, essa relação é mantida. Esse modo de produção escravista existia quando a estrutura social e econômica de uma sociedade, incluía um sistema integrado de escravização, tráfico de escravos e utilização interna dos cativos. São os escravos, então, utilizados como força produtiva, desempenhando variadas funções nesse processo produtivo. Quando exerciam funções sociais ou religiosas, estas tinham que ser secundárias em relação aos usos produtivos.

Para a ocorrência deste modo de produção, em uma sociedade, não era necessário ser a escravidão a principal característica das relações sociais. Ela podia ocorrer combinada com outras relações de produção. De acordo com Lovejoy (p.41, 2002), quando porém “a escravidão prevalecia em um ou mais setores da economia, a sua formação social se caracterizava como modo de produção escravista”. Esse sistema integrado de diferentes modos de produção podia ocorrer no contexto de um único Estado ou numa ampla região. O conhecimento dessa estrutura é relevante para a reconstrução do contexto histórico da escravidão na África.

A onipresença de estruturas escravistas entre os diversos povos do mundo, se justificaria pela repugnância do homem ao trabalho, tida como atividade constrangedora, que este executava a contragosto, compelido pelas

circunstâncias ou pela coerção. A chave para a felicidade seria a ociosidade prazerosa, por isso, para obrigar o outro a executar o trabalho que lhe coubera, um grupo com predominância política e social, usa de violência, para subjugar uma parcela da população. “A fonte de tiranias políticas em todas as suas formas, da exploração, em todos os seus contextos, e das opressões sob todas as máscaras, encontra-se nessa realidade”. (WEDDERBURN, 2007, p. 162)

2.1 CONCEITUANDO ESCRAVIDÃO

O termo escravidão apresenta diversas definições, Silva (2003) a descreve como:

- Instituição social que consiste no direito de propriedade sobre seres humanos e na utilização de seus serviços;
- Domínio permanente e violento sobre pessoas alienadas de seu nascimento e geralmente desonradas;
- Vínculo de poder e domínio originado e sustentado pela violência no qual a “morte social” substitui à morte física do prisioneiro de guerra, do condenado à pena capital ou do indigente ou enjeitado.

Lovejoy (2002) define escravidão como uma forma de exploração com características específicas, destacando a idéia de que o escravo era uma propriedade, um estrangeiro, alienado de sua origem ou do qual por sanções judiciais ou outras se retirava à herança social que lhe coubera ao nascer; que a coerção podia ser usada à vontade, que sua força de trabalho estava à completa disposição de seu senhor, que não tinha direito a sua própria sexualidade, e, por extensão às suas próprias capacidades reprodutivas, sendo sua condição hereditária.

Wedderburn (p. 162-163, 2007) descreve a escravidão como:

a mais primitiva forma de coerção destinada a extorquir de um ser humano a sua força de trabalho em proveito de outro que se dispensa da mesma obrigação. Trata-se da primeira e mais primitiva das formas de esmagamento do homem pelo homem, de extorsão da força de trabalho do semelhante, e do confisco de sua dignidade humana.

2.2 TIPOS DE ESCRAVIDÃO

Muito embora não exista um consenso em definir e catalogar as diversas formas de escravidão que existiram pelo mundo inteiro, Wedderburn (2007) distingue pelo menos três grandes categorias:

- Escravidão doméstico-serviçal, geralmente baseada nas estruturas de família, abrangendo número limitado de pessoas na sociedade. Presente na Ásia antiga e “medieval” (China, Japão, Coréia, Índia, Indonésia); no Oriente Médio semita pré-islâmico; na América pré-colonial (Olmeca, Inca, Maia, Asteca) e na África.
- Escravidão econômica generalizada, surgida historicamente no Mediterrâneo europeu com a civilização greco-romana, perdurando até o século XV. Nessa estrutura de escravatura, “toda a sociedade livre” que repousa sobre o trabalho de uma classe de escravos, violentamente reprimida, vigiada, considerada jurídica e moralmente como ‘coisa’.
- Escravidão-racial de plantation, surgida pela primeira vez no Oriente Médio a partir do século IX, desenvolvida do século XV até o final do século XIX, em todo o continente americano. Apesar de ser muito parecida com a escravidão econômica generalizada, apresenta uma diferença importante e substancial onde o estatuto de escravo é reservado exclusivamente a uma raça alvo – a negra.

Esta última categoria, de acordo com Wedderburn (2007), parece ter surgido da fusão da escravidão econômica generalizada com a visão raciológica surgida no mundo árabe, há treze séculos. De acordo com essa teoria racista, os povos de pele negra, eram vistos como seres inferiores nascidos para serem escravos das supostas raças superiores de pele branca.

Essa consciência racial, que influenciou [...] fortemente a modernidade e que se encontra na base do racismo contemporâneo, emergiu no mundo árabe-semita entre os séculos VIII e X, particularmente sob o período abássida. (apud LEWIS, 1990).

3. A ESCRAVIDÃO NO CONTEXTO AFRICANO

A escravidão pauta-se por diversas relações de dominação e subordinação do outro, tornando-o servil, escravizando-o de várias maneiras. A que submeteu os africanos no século XV tem diferenças flagrantes em relação àquela que existia anteriormente na Europa e àquela que geralmente se menciona quando se trata da África anterior à conquista europeia. (MEILLASSOUX, 1995).

Estudos revelam que a existência da escravidão na África remonta a antiguidade do Egito, destacando que, desde a I Dinastia, havia escravos negros, provenientes de regiões como Núbia, Cordofã e Darfur. (SILVA, 2003)

No Egito faraônico, os escravos eram denominados de “mortos vivos”, sendo propriedade do faraó, este poderia reparti-los entre os deuses, o clero e a nobreza. Embora possa ter variado em diferentes épocas, acredita-se que o número de escravos tenha sido limitado, pois a mão-de-obra mais utilizada era composta pelos “felás”.

Ao deparar-se com pesquisas sobre a escravidão na África, Silva (p.80, 2003), descreve: “[...] teria sido a escravidão reinventada na África – e mais de uma vez, e em mais de um lugar, e com desenhos distintos. Ignoramos, porém, quando, como e onde. E as histórias de seu desenvolvimento.”

Para análise desse fenômeno, é importante ter em mente, que, o processo de escravização variava, de região para região, de cultura para cultura e de grupo para grupo. Sendo necessário observar, dentro do contexto histórico, as características próprias que apresentavam as diversas sociedades, em suas complexas organizações social, cultural e política.

Outro aspecto significativo para análise da escravidão na África, é entender a intrínseca relação entre a escravidão e a questão da terra. A abundância de terras e a pouca disponibilidade de instrumentos para trabalhá-la, formava um conjunto que transformava a mão-de-obra em uma questão essencial. Assim, a riqueza de uma pessoa era determinada pela quantidade de braços que tinha a sua disposição para a produção. (SILVA, 2003)

Era a posse do trabalho – do trabalho familiar e do escravo – o que garantia a reprodução e a expansão das riquezas. Sendo os escravos o meio mais fácil e rápido de aumentar o volume de mão-de-obra, a obtenção deles tornou-se a principal, se não a única via para apressar o enriquecimento de um chefe de família, de linhagem ou de aldeia e singularizá-lo entre os seus pares. E também para fortalecê-lo politicamente. Pois poderoso era aquele que tinha sob suas ordens grande cópia de gente em armas. (SILVA, 2003, p. 90)

Na quase totalidade das sociedades africanas, era rico e poderoso quem possuísse muitas mulheres e escravos. A terra, tinha-se tradicionalmente como um bem grupal, com características próprias. Como descreve Silva (p. 99, 2003):

Não era tida apenas como fator de produção e para uso dos contemporâneos; era a guardiã dos mortos, a servidora dos vivos e a promessa dos vindouros. Pertencia a todos eles, sendo teoricamente alocada a quem dela precisasse, pela família, a linhagem, o clã, a aldeia, a tribo ou o rei. Não tinha valor econômico próprio, mas do trabalho que nela se punha. Enquanto que na Europa a propriedade de terra era a precondição para que se tornasse produtivo o uso de escravos – e de servos, e de assalariados -, na África passava-se o contrário: só tinha acesso a grandes tratos de solo que dispusesse de gente para cultivá-la.

Embora o processo de valorização da terra fosse diferente, ela não era destituída de valor. Tanto assim que, o direito de ceder o seu uso estava nas mãos de quem estava no poder: rei, chefe, cabeça de linhagem. O que transformava o uso desse controle em uma maneira de manter e ampliar o poder de mando. (SILVA, 2003)

Na África, a diversidade social que surgira a partir do Neolítico, abrigava povos pastoris (nômades ou sedentários), povos agricultores, convivendo no mesmo espaço com grupos organizados em Estados burocráticos potentes, agremiações étnicas, clâmicas ou confederações tribais. (WEDDERBURN, 2007)

As pequenas sociedades baseadas na etnia e no parentesco são aceitas como as mais antigas estruturas sociais africanas. Nestas sociedades, são antigas as referências sobre distinções de padrões patrilineares e matrilineares. Caracterizadas por um modo de produção denominado de linhagem ou doméstico, apresentavam distinções etárias e sexuais. Nelas, o poder político,

era baseado na “gerontocracia”- os mais velhos controlavam os meios de produção e reprodução, tidos como essenciais para manutenção da sociedade. O forte controle exercido sobre as mulheres, explica a dependência à sua fertilidade e ao seu trabalho, pois constituíram, em muitas vezes, a principal mão-de-obra nas atividades agrícolas. (LOVEJOY, 2002)

Segundo Lovejoy (2002), a escravidão, nessas sociedades, não era uma instituição essencial, pois a base de sua formação social, não se alterava. A escravização, era vista como um dos muitos tipos de relações de dependência, tornando-se um meio eficaz para aumentar o número de pessoas que desempenhavam as mesmas funções, de controlar aqueles que não tinham ligações de parentesco e para aumentar o poder individual ou do grupo.

Junto a essa categoria, existiam outras formas de dependência, como a do penhor, onde a pessoa era retirada de seu grupo, como garantia de uma dívida; a categoria etária – os jovens, que não tinham permissão de participar ativamente das decisões de linhagem; também eram considerados instituições de dependência, o casamento e o concubinato. Havia ainda, os dependentes mobilizados de acordo com o interesse do grupo de linhagem, utilizados no campo, para caça, na defesa de cidades ou em cerimônias religiosas. (LOVEJOY, 2002)

Nesse contexto social, os laços de parentesco eram determinados pelo nascimento. O que explica, a maneira como ocorriam as mudanças entre as categorias de dependência. No casamento, o homem, podia ter várias mulheres, escolhidas entre escravas, penhoras ou livres. Um bom casamento podia significar melhorias na condição social. As mulheres escravas ao se casarem com homens livres, tornavam-se dependentes, principalmente após terem filhos, promovendo a assimilação junto à família de linhagem. Isso não ocorria se o casal fosse de escravos, mantendo os filhos na mesma condição. (LOVEJOY, 2002)

“A completa incorporação a uma linhagem, que correspondia à emancipação, vinha gradualmente, dependendo do grau de aculturação, casamento com um membro efetivo de linhagem ou manifestações individuais de lealdade. Na ausência de classes articuladas, condição de escravo evoluía de uma maneira similar às mudanças em outras categorias sociais Os jovens mais tarde tornavam-se idosos; os escravos e seus descendentes gradualmente tornavam-se membros de uma linhagem.” (LOVEJOY, 2002, p.46.)

O processo de assimilação a uma linhagem, descrito no século XIX, como processo integrativo, constitui-se em uma questão polêmica entre pesquisadores sobre o assunto. Segundo Silva (p. 82, 2003), embora estudiosos denominados de absorcionistas, "negassem que se pudesse falar em escravidão na África, a não ser entre aspas", defendendo a tese de que o processo integrativo levava a uma reumanização do escravizado, ao ser incorporado ao novo grupo social, reduzindo progressivamente a sua marginalização. Entretanto, ele argumenta que esse processo, em nada melhoraria a vida daquele que retirado a força de seu grupo, era reduzida a condição de estrangeiro em outro.

O saber que seu hipotético neto ou bisneto deixaria de ser escravo não lhe abrandava as humilhações e os padecimentos do cativo. [...] O que pudesse haver de consolo no futuro melhor de seus rebentos não deixava, por outro lado, de diluir-se, pois, na maioria dos casos, tinha presente que sua descendência lhe fora também tirada, para incorporar-se à do senhor. (SILVA, 2003, p. 81, 83).

Concluindo essa questão, Silva (2003) destaca que em boa parte das sociedades africanas, esse processo assimilativo, não era completo, apresentando diferenças notáveis. Mas, lembra que este foi mudando ao longo do tempo, acompanhando as alterações nas estruturas econômicas e de poder.

Ao abordar essa forma de escravidão, não devemos ter uma visão romantizada da mesma. Muitos pesquisadores, ao compará-la com outros regimes escravocratas, a têm qualificada como branda ou benévola. Argumento utilizado pelos abolicionistas do século XIX, na tentativa de diferenciar o escravismo do Novo Mundo, daquele descrito na Bíblia ou na África. Não podemos dissimular a dura realidade. (SILVA, 2003)

Na maioria dos casos, ter sido escravo deixava uma marca indelével, uma marca que se transmitia de geração em geração, como se fosse a sua principal herança. Esse legado continua até hoje a afligir os descendentes de escravos entre vários povos africanos, que os discriminam ou tratam com reserva ou desprezo. (SILVA, 2003, p.84)

3.1 A INFLUÊNCIA DO ISLAMISMO

Ao incluir, em pesquisas sobre a escravização do negro africano, o mundo árabe, como novo espaço geo-histórico, integrante deste processo, objetiva-se romper a perspectiva de pecado unicamente europeu, como também desmistificar a “brandura da escravidão”, no contexto das sociedades islâmicas. (WEDDERBURN, 2007)

A história do surgimento do Islã e de seus fundadores é conhecida, por intermédio das escrituras, tradições e memórias históricas muçulmanas. Disso decorrem muitas dúvidas quanto à exatidão ou mesmo a autenticidade de algumas tradições biográficas ou históricas. Enquanto essas dúvidas não forem esclarecidas, grande parte da narrativa tradicional dos primórdios da história islâmica continuará problemática ou provisória. (LEWIS, 1996)

Islã é uma palavra árabe, que segundo os muçulmanos significa entrega – a entrega do crente a Deus. Já o termo muçulmano refere-se àquele que pratica o ato de entregar-se. Ainda segundo Lewis (p.199, 1996), parece que nos primeiros tempos, muçulmano, também exprimia a idéia de inteireza, de completamento, portanto designava “o indivíduo que só se entregava por completo a Deus, com exclusão de todos os demais deuses, isto é, era o monoteísta, em contraste com os politeístas da Arábia pagã do século VII”. Hoje, a palavra Islã é empregada com diferentes significados, sendo comumente usada para designar – a religião ensinada pelo Profeta através do Corão (seu livro sagrado) e de seus próprios preceitos e práticas, tais como foram transmitidos por gerações subseqüentes.

Desde que surgiu em meados do século VII, o islamismo tem sido a religião dominante no Oriente Médio. Seu fundador foi Maomé (571 / 632 d.C.), de origem árabe. Segundo a tradição, se aproximava dos 40 anos, quando recebeu do anjo Gabriel, a missão de Profeta. A princípio contava com poucos seguidores, mas ao ver o número de fiéis aumentarem, desperta o temor dos dirigentes de Meca, cidade onde morava, passando a ser hostilizado. (LEWIS, 1996)

Em 622 d.C., migra com seus seguidores para a cidade de Yatrib. Esse fato é considerado como decisivo para o apostolado de Maomé, sendo conhecido como hijra (hégira), posteriormente, passa a fazer parte do calendário muçulmano. Com o tempo a cidade fica conhecida como Al-Madina (Medina) – a Cidade. Maomé torna-se seu governante, exercendo autoridade política, militar e religiosa. (LEWIS, 1996)

De acordo com historiadores muçulmanos, até a época da morte de Maomé (632 d.C.), os árabes islamitas, viviam em um espaço restrito, nas regiões fronteiriças do Crescente Fértil. Porém, após, um pouco mais de um século, vastas regiões foram transformadas em terras do islã. Compreendendo do leste da Ásia, as fronteiras da Índia e China, ao longo da costa sul do Mediterrâneo, até o Atlântico, norte da África e norte da Europa, transformaram-se em reinos de califas – “o mundo árabe” O que havia começado como uma comunidade, transformou-se em Estado e logo num império. E neste vasto império, o islamismo era a religião oficial. (LEWIS, 1996)

No contexto das sociedades predominantemente islâmicas, a religião constituía-se em um aspecto fundamental, era a base final da identidade, sendo o foco primário da lealdade e a única fonte legítima de autoridade. Estas podiam ser formadas por nações étnicas diferentes, por Estados territoriais diversos, possuir líderes ou soberanos, porém jamais, procuraram limitar ou eliminar a autoridade da religião. Nenhuma divergência afetava a inteireza básica do islamismo. (LEWIS, 1996)

É recorrente a afirmação de que o islamismo é uma religião igualitária. Podemos considerar como sendo parte verdadeira, se compararmos seus princípios e até parte de sua prática, com outras sociedades, que na época eram próximas. Em seu livro sagrado, Corão, a mensagem é específica:

Ó filho de Adão, nós vos criamos machos e fêmeas e vos dividimos em povos e tribos para que conhecêsseis uns aos outros. Ao olhar de Deus, o mais nobre entre vós é o mais piedoso. (apud LEWIS, 1996, p.187, Corão, 49:13)

De acordo com a tradição, o Profeta e seus governantes precedentes, em seus atos e pronunciamentos, eram predominantemente contra privilégios de nascimento, status de riqueza ou mesmo de raça e insistiam que a condição social e honra, seriam obtidos apenas pela piedade e mérito. (LEWIS, 1996)

Essa humanidade comum, presente não só no islamismo, mas também no cristianismo e judaísmo, não impedia o estabelecimento e preservação, de algumas diferenças básicas entre as pessoas. Mesmo aceitando,

... em princípio, a igualdade dos seres humanos, historicamente todas elas, restringiam, na verdade, o desfrute pleno da igualdade aos que possuíam quatro características necessárias – o indivíduo religioso da mesma fé, livres, adultos e homens. (LEWIS, 1996, p. 188)

Outro aspecto também comum às três religiões, era o pressuposto de que o escravo, a criança, a mulher e o infiel, eram seres inferiores. Assim, como também reconheciam o nascimento em estado de escravidão – o status servil da criança nascida de pais escravos. (LEWIS, 1996)

No islamismo, entre essas quatro categorias de desigualdade, havia um status intermediário, formados: - o liberto, ex-escravo, apesar de legalmente livre, mantinha certos deveres e obrigações para seu antigo dono; - o adolescente, categoria limitada, mas socialmente considerável; - o eunuco, único que podia circular livremente entre os espaços masculino e feminino; - o infiel tolerado, denominado de “ahl al dhimma” (o povo do pacto), aqueles que conheciam parte, mas não toda verdade de Deus, formado pelos cristãos, judeus e em algumas regiões os zoroastrianos. (LEWIS, 1996)

No contexto religioso muçulmano, visão compartilhada também pelos cristãos, o infiel, era todo aquele que não aceitava a sua fé, e que resistiam à conversão. Por isso eram passíveis de castigos e desvantagens. A linha divisória religiosa, era limitada entre o crente e o infiel. (LEWIS, 1996)

Assim, o infiel, era visto como inimigo, que deveria ser combatido e vencido, constituindo uma das obrigações de todos os muçulmanos. Essa obrigação denominada de “jihad”, é um termo normalmente traduzido como guerra santa, mas seu significado literal é esforçar-se, ou como alguns teólogos muçulmanos mais modernos a interpretam “esforçar-se no caminho de Deus”, em sentido espiritual e moral. Sendo entendida como ilimitada, pois continuaria até que todos aceitassem a fé islâmica ou submetessem à soberania muçulmana. Restando aos inimigos, a conversão, a morte ou a escravidão. (LEWIS, 1996)

Os muçulmanos, no processo de expansão territorial, iniciado no século VII, empregam muitas práticas, métodos e atitudes, fortemente influenciados por aspectos culturais e sociais, provenientes de Estados escravistas como o Bizantino e Persa. (WEDDERBURN, 2007)

Um desses aspectos é a naturalização da escravidão. Segundo Lewis (p.160,1996) "o comércio de seres humanos em grande escala e a grande distância foi, principalmente, um fenômeno do período islâmico, e se deu, por um triste paradoxo da história, o efeito humanizador da legislação islâmica".

No contexto do Corão, a escravidão, não é defendida ou condenada, é admitida como natural. Um de seus princípios descreve, como condição normal do homem, a liberdade. Partindo deste princípio, juristas muçulmanos formularam doutrinas e leis sobre a escravidão. (SILVA, 2003)

Nenhuma pessoa livre podia ser escravizada por crime, dívida ou indigência. Não era lícito, como na Grécia ou em Roma, fazer escrava, por exemplo, a criança abandonada. Escravo era quem nascia nessa condição ou era a ela reduzida em guerra santa. Ou, ainda, quem era importado de terras de infiéis. (SILVA, 2003, p. 32)

Escravizar era considerado um ato pio, quase uma obrigação do homem de verdadeira fé. Entendida desta maneira, para o escravo, era uma forma de salvação. Assim, destinados a ampliar o território sob a lei divina e o governo dos fiéis, para os muçulmanos, a jihad contribuía para purificar o mundo, eliminando fisicamente o infiel, ou lhe arrancando, pela escravização, a existência legítima e moral. (SILVA, 2003)

Na Arábia, o efeito humanizador do islamismo, legalmente trouxe melhoras no estado do escravo, visto anteriormente como bem semovente, como gado, era tratado como tal. No "hadit" – atos e pronunciamentos do Profeta; ou na "sharia" – conjunto das leis islâmicas; preceitua que os escravos devem ser tratados com bondade, compaixão e boa vontade, cuidado de forma correta (vestuário e alimentação), poupando-lhes de trabalhos excessivos. Assim, nas palavras do Profeta:

Se gostas de um escravo, mantém-no em tua posse; se não vende-o. Mas não causes sofrimento a uma criatura de Deus. Assim como o Todo Poderoso dispôs que fosses dono do escravo, poderia ter feito deste teu senhor. (SILVA, 2003, p. 32)

No entanto, havia uma grande diferença entre a pregação e a prática, em nome do Profeta. Essa diferença alargava-se, à medida que os árabes foram obtendo êxito em suas conquistas, enriquecendo com o butim e os tributos cobrados dos vencidos. Em decorrência vão urbanizando e arabizando os povos submetidos. Como conseqüência, cresce a necessidade de escravos, que passa a ser utilizados nas mais diversas atividades como: concubinas, cantoras e músicas, para cuidar dos jardins e hortas, no trato de cavalos e camelos, trabalhar com o barro, metais, fibras, madeira couro e nas minas, nas atividades domésticas e como soldados. Com isso, o comércio de escravos, não parou de aumentar, a demanda cresce acentuadamente. (SILVA, 2003)

Lewis (1996) destaca três áreas de onde provinham os escravizados pelos muçulmanos:

- povos eslavos da Europa central e oriental, dos quais deriva a palavra escravo;
- turcos da estepe eurásiana, formavam o principal conjunto de escravos brancos no mundo islâmico, com a islamização dessa região, uma nova fonte foi encontrada nas terras caucasianas;
- povos negros da África, a princípio constituíam minoria, mas depois, sua importação torna-se maciça e o tráfico duradouro.

Na África, o comércio de escravos negros para a península arábica, é descrito como antiqüíssimo, por rotas que atravessavam o mar Vermelho. É possível que existissem outras rotas, passando pelo Egito, ou embarcando nas praias do Índico. Possivelmente, composto na maioria de mulheres (etíopes, abexins, somalis), destinadas ao concubinato. Mesmo tendo variado, em diversos períodos, provavelmente, era minoria entre os escravos na Arábia, na época de Maomé. (SILVA, 2003)

Mas esse cenário muda rapidamente, com a expansão islâmica no continente africano, a partir da ocupação do Egito (641 d.C.) e de outras regiões do norte da África, impulsionando a escravização e o comércio de negros, integrando-o a uma vasta rede de comércio internacional. Os árabes muçulmanos iniciam o comércio, partindo a princípio, de pequenos mercados já existentes no Egito e no Magrebe, utilizando rotas milenares, como as da Núbia,

ou de itinerários que datavam dos primeiros séculos de nossa era. (SILVA, 2003)

A partir daí, desenvolveram um intenso tráfico alimentado por rotas dispersas ao longo da costa da África negra e de localidades próximas a elas. Facilitando o escoamento da “mercadoria” escravo por meio do oceano Índico, do mar Vermelho, pelo deserto do Saara e, mais tarde do oceano Atlântico. Províncias foram criadas para melhor atendimento ao tráfico, destacando a do Egito - capital al-Fustat (próximo de Cairo), de Magrebe – capital Fez, e a de Ifriqiya (Tunísia) – capital Kairuan. (WEDDERBURN, 2007)

A falta de textos sobre o tráfico negreiro transaariano, sobretudo de autores árabes, não surpreende, e talvez possa ser explicado pela forma como era vista e entendida a escravidão e o comércio de escravos, como coisas corriqueiras e naturais, que não mereciam ser mencionados. (SILVA, 2003)

A presença muçulmana, nas regiões ao longo da costa meridional do Saara, do mar Vermelho e da costa oriental africana, contribuiu para transformação das estruturas sociais e políticas, das sociedades existentes na região. Pois, à medida que essas sociedades vão sendo islamizadas, vão se adaptando aos modos de agir dentro do novo contexto religioso. A consolidação de uma sociedade islâmica foi possível, porque os muçulmanos assumiram funções importantes na política, na educação e especialmente no comércio, o que contribuiu para estruturar a economia, difundir o islamismo e a sua concepção de escravidão. (LOVEJOY, 2002)

A escravidão, passava ser entendida e justificada conforme os preceitos islâmicos, ou seja, o escravizado era o infiel, obtido por meio da jihad, que podia ser vendido. Como as estruturas das sociedades islâmicas eram maiores, os escravos são utilizados em variadas funções. Assim estavam envolvidos em algumas atividades produtivas, nos serviços domésticos, nas atividades administrativas de governo, no serviço militar. Os eunucos formavam uma categoria especial de escravos, ficavam em funções administrativas ou como fiscais de haréns. As mulheres eram muito utilizadas nas atividades domésticas, mas principalmente, eram colocadas nos haréns, pois nas sociedades islâmicas, admitia-se a poligamia. Por isso havia uma demanda muito grande por mulheres escravizadas. Os filhos de concubinas com o seu amo eram libertos, assim também ocorria com a maioria de filhos de escravos. Isso

demonstra que havia uma clara definição entre escravos e libertos. (LOVEJOY, 2002)

Embora, os escravos fossem utilizados nas mais variadas funções, um aspecto significativo, e que não havia formação de uma classe de escravos nitidamente definida. O que leva a concluir que, a escravidão, nas sociedades africanas islamizadas, no período de 700 até 1400, havia passado por uma transformação parcial. Mesmo sendo uma atividade importante, a escravidão, até este período, não era uma atividade essencial na formação social e econômica. (LOVEJOY, 2002)

Uma das estratégias de dominação utilizada pelos árabes muçulmanos, em território africano, foi a prática de acordos em forma de “jizya” (impostos, tributos). Essa prática regular contribuiu para a perpetuação da escravização de negros africanos. Foi iniciada após tentativas infrutíferas de conquistar o reino cristão núbio da Macúria. Entre 651/652 é firmado um acordo entre o Egito muçulmano e o reino núbio. Denominado de “baqt”, perdurou por 600 anos. Neste, ambos os lados prometiam que nenhum atacaria o outro, para isto, os núbios deveriam fornecer anualmente 360 escravos e, em troca, receberiam trigo, cevada, vinhos e tecidos além de éguas de raça. (SILVA, 2003)

Lewis (1996) destaca que embora fosse duvidosa a autenticidade desse tratado, foi aceito pela maioria dos juristas muçulmanos, e usado para justificar um acordo mutuamente conveniente. O reino núbio não fora incorporado ao império muçulmano, mas ficava tributário do mesmo, funcionando como fornecedor de escravos.

Sobre esse acordo Wedderburn (2007) descreve que a obrigação de 360 escravos, era o mínimo, pois este era acrescido, aumentando cada vez mais. Assim, o reino núbio, para preservar sua mão-de-obra, passa a capturar e a escravizar, indivíduos de Estados vizinhos. Transformando-se, desta forma, em um estado raptor, tributário do Império Árabe-Muçulmano, de pessoas escravizadas.

Essa sujeição às exigências do império muçulmano, tornava-se comum à medida que o “jizya” passa a ser imposto a muitos Estados africanos. Essa aceitação ocorria, em grande parte, em decorrência do temor gerado pelas ameaças de invasão do exército muçulmano – famoso por sua grandeza e eficácia, e também pelo domínio árabe, das rotas de comércio, o que tornava

as relações comerciais desiguais. A dinâmica dessa lógica, imposta em diversas regiões do continente africano, teria levado, em períodos posteriores, a formação de Estados raptor-exportadores, aqueles voltados prioritariamente para caça de seres humanos para o tráfico. Esse fenômeno marcou um período de grande violência, introduzindo na ótica dessa questão o papel desempenhado pelas elites burocráticas africanas, como co-responsáveis pelo “holocausto negreiro que devastou o continente”. Essa complexa relação constitui-se numa questão problemática, com questionamentos que ainda não foram resolvidos. (WEDDERBURN, 2007)

O escravizado, embora pudesse ser um infrator social, um inimigo do rei ou parte de um tributo pago, quase sempre era um seqüestrado, obtido por meio de emboscadas, de ataques surpresa a pequenos vilarejos ou da guerra. (SILVA, 2003)

O escravo vinha cada vez de mais longe, pois o processo de transferência do ônus da captura reproduzia-se, em seqüência, de grupo em grupo, para deixar de ser vítima, passava-se, primeiro a pagar ao predador um tributo de cativos e, depois, a vender-lhes aqueles que, por seu turno se preavam aos vizinhos. De baraço no pescoço, os escravos iam, na maioria das vezes, mudando de dono, ao longo da viagem, e não era raro esta duravam meses e até anos, pois podiam ficar a trabalhar pelo caminho. (SILVA, 2003, p. 52)

Assim, a escravidão é institucionalizada, em muitas regiões da África, por meio da violência – produziam escravos, para não serem escravizados. Nesta parte, como em outras do planeta, a guerra torna-se um modo de produção. Desta forma, os árabes muçulmanos e seus tributários, conseguiram em pouco tempo, organizar e desenvolver um comércio à distância, de negros escravizados, que até então, jamais tivera. (SILVA, 2003)

O processo de desumanização do negro foi trilhado em um longo caminho no Oriente Médio, construído sobre bases ideológica, religiosa e desenvolvido em uma perspectiva científica, que irá fundamentar o modelo de escravidão racial, que elege um grupo racial alvo – o negro africano. (WEDDERBURN, 2007)

Embora, os preceitos islâmicos, fossem contrários à discriminação por raça, pois, “os homens só se distinguem entre fiéis ou infiéis”. O aumento da escravização dos negros foi acompanhado, por uma engenhosa construção

ideológica, fundamentando a justiça do cativo, não só por serem infiéis, mas também no anátema lançado por Noé contra os filhos de Cam.

Os filhos de Noé, que saíram da arca, eram: Sem, Cam e Jafet. Cam era pai de Canaan. São estes os três filhos de Noé, e, por eles, foi povoada a terra inteira. Noé. Que era agricultor, começou a lavrar a terra e plantou a primeira vinha. Tendo bebido vinho, embriagou-se e despiu-se dentro da sua tenda. Cam, o pai de Canaan, ao ver a nudez do pai, saiu a contar o sucedido aos seus dois irmãos, Então Sem e Jafet agarram uma capa, colocaram-na sobre os ombros e, andando de costas, cobriram a nudez do pai, sem a terem visto, porque não voltaram o rosto para frente. Quando despertou de sua embriaguez, Noé soube o que tinha feito o seu filho mais novo, e disse: “Maldito seja Canaan. Que ele seja o último dos escravos dos seus irmãos”. E acrescentou: “Bendito seja o Senhor Deus de Sem, e seja Canaan seu escravo. Que Deus aumente as posses de Jafet e que Ele resida nas tendas de Sem, e seja Canaan o seu escravo” (ANTIGO TESTAMENTO, Gênesis, IX – 18-27)

Na versão judaica, a maldição diz respeito à escravidão e não a cor da pele, que se abate em Canaã, o mais jovem dos filhos de Cam, e não sobre seus outros filhos, entre os quais “Kush”, presumido ancestral dos negros. Desta forma, justificando ideologicamente, a escravização dos “cananitas” pelos israelitas, seus parentes próximos. Na versão árabe, a maldição se abate sobre os negros, passando a compreender tanto a cor da pele quanto a escravização, tendo o peso da hereditariedade. (WEDDERBURN, 2007)

Essa adulteração, tomou forma e fundamentou, um vínculo estreito entre a cor da pele e escravidão, em muitos autores árabes. “Teria sido no mundo islâmico – segundo o historiador queniano Bethwell A. Ogot – que a pele negra se tornou símbolo de inferioridade e a África sinônimo de escravidão.” (apud SILVA, 2003, p.59)

A distinção de características físicas, passa a fazer parte do cotidiano dos escravizados, principalmente quando estes eram bem diferentes de seus senhores. Assim, elas passam a evidenciar a condição servil, e, aqueles que as carregavam, eram tidos como “escravos por natureza”, conceito atribuído a Aristóteles. A princípio, tudo indica que não havia distinção, entre os diversos povos que foram escravizados pelos muçulmanos. Mas à medida que estereótipos negativos foram sendo acentuados, no contexto das sociedades

islâmicas, foi-se estabelecendo uma hierarquia entre os escravizados, e o negro foi colocado no patamar mais baixo. (SILVA, 2003)

Essa condição de inferioridade imposta aos negros, está presente em muitos textos produzidos nesse período. Alguns autores procuravam fundamentar essa inferioridade, baseados em pensadores e cientistas gregos e romanos. Um dos mais referenciados, segundo Wedderburn (2007, p.60), foi o trabalho do médico grego Cláudio Galeno (129/200), “as bases de seu pensamento foram essenciais para a expansão do império árabe-muçulmano – a escravização e a consolidação de um racismo científico naquele contexto”.

Galeno, é descrito dentro da medicina romana, como fundador de uma concepção científica denominada de “patologia humoral”- segundo o qual, o corpo humano expressa quatro humores que determinam à essência do indivíduo e, principalmente da sua raça. Esses postulados, como também de outros autores, foram muito utilizados por diversos pensadores árabes, persas e bizantinos. (WEDDERBURN, 2007)

Dentre esses pensadores Silva (p.56-57, 2003) destaca:

- Al-Masudi (século X), afirmava que a debilidade do negro era em decorrência de seu cérebro defeituoso;
- Said-al-Andalusi (século XI), para este os negros careciam de autocontrole e de firmeza de mente, e se assemelhavam mais aos bichos;
- Nasir al-Din (século XIII), descrevia os “zanjes” como pouco inteligentes, e só se distinguia dos animais por não andar com as mãos no solo;
- Al-Dimashki (século XIV), afirmava que os negros eram curtos de inteligência, por terem o cérebro ressequido, e suas características morais eram mais instintivas, próximas as dos animais;
- Ibne Kaldum, tido como um dos maiores historiadores muçulmanos, escreveu que as nações negras, aceitavam facilmente a escravidão, porque os negros de humano tinham pouco, se assemelhavam mais às bestas irracionais.

Deste modo fica evidente que, toda essa construção ideológica, levou o afastamento do negro da espécie humana, imputando-lhes uma visão raciológica de inferioridade. Esse conjunto de informações é suficiente, para

afirmar, segundo Wedderburn (2007), que estas constituíram a base que irá sustentar não só a prática socioeconômica, mas também a justificativa jurídico-religiosa da “escravidão racial”, iniciada no mundo árabe-muçulmano, a partir do século IX, sob o Califado Abássida. Neste período, a expansão imperialista árabe, terá como base o escravismo econômico exclusivamente formado pela mão-de-obra africana negra.

3.2 O COMÉRCIO TRANSATLÂNTICO

A partir da abertura da costa Atlântica da África, pelos comerciantes europeus, ocorre um vertiginoso crescimento e expansão do tráfico de escravos, com conseqüências decisivas na evolução da escravidão e na economia dessa região.

As primeiras caravelas portuguesas se aproximaram da costa da África no Atlântico nas décadas de 1430 e 1440, alcançando o rio Senegal em 1445. Ao fazê-lo, abriram uma rota paralela às transaarianas. Os portugueses estavam mais interessados em ouro e escravos, embora tivessem dispostos a comercializar pimenta, marfim e outros produtos. O seu investimento na exploração da costa africana era um esforço consciente para evitar os intermediários muçulmanos; inicialmente eles apenas tiveram sucesso em expandir o comércio transaariano já existente, abrindo a rota marítima; depois, eles participaram no comércio interno africano como intermediários. Estruturalmente, por conseguinte, tanto os comerciantes portugueses quanto os muçulmanos exerciam as mesmas funções: eles conectavam a África subsaariana com o mundo mediterrâneo e participavam no comércio regional da África Ocidental. (LOVEJOY, 2002, p. 74)

A similaridade nos padrões comerciais do tráfico de escravos, entre portugueses e muçulmanos, fica evidente quando analisamos as seguintes características: demanda de escravos domésticos para a Europa meridional, demanda de escravos para atender plantações de cana-de-açúcar nas ilhas do Mediterrâneo e depois do Atlântico, pelo desenvolvimento do comércio de escravos ao longo da costa ocidental africana e pelas mercadorias exportadas para a África Ocidental. (LOVEJOY, 2002)

O desenvolvimento e expansão do comércio transatlântico iniciado na última metade do século XV representou um importante ponto de partida na história do tráfico de escravos. Em decorrência desse comércio, a escravidão

existente nesta região, passou por transformações distintas daquelas produzidas nas regiões islamizadas. Embora ela tenha continuado, na maioria dos lugares, a ser interpretada no contexto das estruturas de linhagem – como escravidão de linhagem, ela se consolida como importante instituição nas estruturas das sociedades locais. Essa relação entre o comércio escravo europeu e o desenvolvimento da escravidão nas sociedades africanas, ajuda a esclarecer essa mudança histórica. A presença constante de comerciantes nesta região incentivou a formação de um comércio sistemático de coleta de escravos, que passava a ser direcionado não só para os grupos de parentesco, mas também para o mercado exportador. A consequência dessa relação foi a perda pela África desses escravos e a substituição de seres humanos por mercadorias importadas. (LOVEJOY, 2002)

Como uma instituição, a escravidão de linhagem, apresentava aspectos semelhantes a todos os tipos de escravidão: elemento de propriedade, a identidade estrangeira, o papel da violência e a exploração produtiva sexual. Porém uma diferença notável era a ausência no campo ideológico, da influência de atitudes européias. Esta ocorreu mais no campo econômico. Ideologicamente, as teorias e práticas adotadas, seguiam o padrão islâmico. A escravidão continuou a ser compreendida como de parentesco, mesmo quando escravos realizavam novas e variadas tarefas, semelhante ao padrão islâmico. Semelhante também era o controle exercido sobre as mulheres. Como a poligamia era permitida, mas não contava com nenhuma regulamentação, na prática ocasionava uma distribuição desigual das mulheres dentro da sociedade, o que permitia o controle da produção e reprodução. Esse aspecto foi significativo no comércio de exportação, possibilitando uma divisão natural da população escrava. A demanda interna africana era por mulheres e crianças, enquanto que para o comércio europeu, homens era a maioria. (LOVEJOY, 2002)

O crescimento do tráfico transatlântico expôs a África Centro-Occidental a uma influência essencialmente nova. Povos ao longo da costa Atlântica experimentaram mudanças fundamentais em sua organização social, reorientando a escravidão para padrões bem diferentes do que existia anteriormente, acompanhado de um aumento interno na utilização de escravos. (LOVEJOY, 2002)

De acordo com Lovejoy (2002) o abastecimento desse intenso tráfico, para as Américas, foi realizado principalmente pelas regiões: área de Angola e do Congo (até quase o final do século XIX); Costa dos Escravos (Golfo de Benin, do final do século XVII até Século XIX); Costa do Ouro (do início do século XVIII até o seu final); baía de Biafra (centralizado no delta do Níger e do rio Cross). Outras regiões tiveram menor participação em épocas diversas como: do rio Bandana; costa perto do planalto de Futa Jalom; portos próximos onde agora ficam Morávia e Freetown; e a região da Senegâmbia com conexão com o interior muçulmano.

O crescimento desse tráfico, não poderia ter ocorrido sem um aumento simultâneo da capacidade de escravizar pessoas e da intensificação da violência. Essa situação era resolvida pela separação da infra-estrutura comercial, que permitia a movimentação de escravos dentro e fora da África; e das instituições de escravização, que estavam associadas à fragmentação política. Assim, o mercado escravo e a escravização institucionalizada, formavam o cenário para a expansão da escravidão na África. No princípio do século XIX, o tráfico de escravos, tinha adquirido proporções gigantescas. O que levou a ser visto como a primeira das modernas migrações mundiais com características específicas por ser baseada na escravidão e possuir uma complexa organização. (LOVEJOY, 2002)

Essas transformações estavam relacionadas com a capacidade do comércio de exportação e a intensidade com que esse comércio era abastecido através da escravização e do tráfico. O crescimento acentuado combinado com a oferta regular tornou possível a utilização de escravos em variadas atividades produtivas. (LOVEJOY, 2002)

No século XIX, essa utilização produtiva dos escravos tornou-se importante em muitos lugares. Independentemente da diferença ideológica para com a economia de “plantation” europeia das Américas, a escravidão africana tornou-se firmemente associada a uma sociedade agrícola baseada em grandes concentrações de escravos. Em muitas regiões a escravidão ainda era concebida em termos de parentesco e permanecia marginal à organização básica da sociedade. Não obstante, a escravização mais intensiva dos povos e o crescimento do tráfico de escravos afetaram a instituição em praticamente todos os lugares. (LOVEJOY, 2002, p. 53)

A integração do continente africano, a uma rede internacional de escravos, só foi possível porque este apresentava uma dinâmica de dependência. O rompimento dos laços de parentescos, por meio da escravidão, permitia que pessoas fossem transferidas do seu grupo social, para outro distante, sendo tomado como estrangeiro. Essa dinâmica produzia uma oferta regular de escravos possibilitando sua exportação para o mundo islâmico e para as Américas. O aumento expressivo das exportações (escravos), principalmente nos períodos de 1650 a 1800, acarretou também transformações na economia política africana. Ocasionalmente a incorporação parcial da África na economia planetária. Entretanto, isso não significou mudança de seu status, pois o continente africano continuou na periferia da comunidade econômica mundial. (LOVEJOY, 2002)

Mesmo aceitando que a escravidão existia na África antes da difusão do islamismo, é inegável que se constituía em um aspecto marginal as estruturas sociais. O que leva a afirmar que, a influência do islamismo e do comércio europeu interagindo com o ambiente nativo, afetaram a dinâmica da escravidão, provocando o surgimento de sociedades escravocratas, o que equivale dizer que a escravidão transformou-se em uma instituição fundamental. (LOVEJOY, 2002)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa sobre as origens e transformações da escravidão na África, foi possível verificar a importância do mesmo, para entender toda a dinâmica do processo de escravização e do tráfico de escravos, responsável pela diáspora dos negros africanos.

O objetivo da pesquisa que se caracterizou pela análise da escravidão no continente africano, resultou em novos e significativos conhecimentos sobre a temática, e, espera-se que o mesmo possa contribuir para o aprimoramento do trabalho docente.

Algumas dificuldades estiveram presentes, no desenvolvimento dessa temática, como a falta de publicações nacionais, sobre o assunto, visto que muitas das recentes pesquisas neste campo, não foram editadas no Brasil, como também, o acesso a publicações internacionais, de custo elevado.

No decorrer da pesquisa, assuntos pertinentes, ligados a temática, como o movimento de resistência a escravidão, o papel das elites africanas no processo de escravização, como também o movimento abolicionista, não puderam ser contemplados, pelas dificuldades citadas anteriormente, como também, pelo diminuto tempo para pesquisa. O que não exime em merecer estudos posteriores.

Ao final, espera-se que esta pesquisa, proporcione novos questionamentos, a serem analisados, contribuindo dessa maneira, para o estabelecimento de uma relação étnico-racial mais harmoniosa, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2005.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio**. Do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África**: Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo**. A escravidão na África de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história**. Da antiguidade à modernidade. Copyright, 2007.